



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2026-PMPB

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n.º 01.591.618/0001-36, com sede na Rua das Camélias, 900 – Centro – 85.345-000, Porto Barreiro, Paraná fone n.º (42) 3661-1010, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por **ITEM**, na forma da Lei 14.133, de 1ª de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Decreto nº 071/2023 de 06 de setembro de 2023 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico (www.licitanet.com.br).

DATA DA SESSÃO: 21 de maio de 2026.

HORÁRIO DA SESSÃO: 08:30 horas.

PLATAFORMA: LICITANET (www.licitanet.com.br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

ITENS EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI: NÃO

JUSTIFICATIVA PLATAFORMA PRIVADA: Considerando que o setor de licitações deste Município conta com apenas 01 (um) servidor (a) de fato lotado no setor. Considerando o volume de demandas de todas as secretarias municipais. Considerando que no **COMPRAS.GOV.BR** o cadastro de itens de um pregão pode durar várias horas, em razão do retrabalho, uma vez que o funcionário terá que cadastrar no sistema de gestão, e na sequência na plataforma **COMPRAS.GOV.BR** um a um. E que após a realização do pregão, o pregoeiro terá que digitar manualmente todos os dados do resultado no sistema de gestão um a um; vez que não há integração. Considerando que a **LICITANET** permite o cadastramento dinâmico de editais de pregões, com importação e exportação de dados. A fim de dar celeridade ao processo administrativo para aquisição de supra, devido a quantidade razoável de itens, optou-se pela realização da sessão do pregão eletrônico na plataforma privada – **LICITANET** vez que a integração da plataforma **LICITANET** proporciona menor tempo dispendido em cadastro, garantindo maior eficiência e agilidade na realização do cadastro ou na operacionalização do pregão.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial (www.licitanet.com.br).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET COM LINK DEDICADO DE FIBRA ÓTICA, COM SISTEMA DE REDES COM VLANS, FORMAÇÃO DE REDE CORPORATIVA COM TRANSPORTE DE IMAGEM DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, VOIP, ACESSO A SERVIDOR, ENTRE OUTRAS PRÁTICAS SEGURANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PORTO BARREIRO - PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em ITEM, conforme Anexo.

1.3. O critério de **juízo** adotado será o menor preço do **ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito na plataforma **LICITANET** e as especificações constantes deste EDITAL, prevalecerão as últimas.

1.5. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (042) 3661-1010.

1.6. No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de juízo.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET** – Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br).

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a Plataforma **LICITANET**, onde também deverão informar-se a respeito do seu



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Porto Barreiro, Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Porto Barreiro, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Porto Barreiro, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

2.3.7. Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.3.8. Esta licitação é de ampla concorrência.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>;

2.4.3. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.4.4. Consulta restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Paraná (TCE/PR), no endereço: <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>.

2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, considerando o baixo vulto e baixa complexidade para consecução do objeto.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Neste caso, o envio dos documentos de habilitação não é simultaneamente com a proposta, conforme art. 39 da Lei 14.133/2021.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.15. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

3.16. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

3.17. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.17.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos seguintes campos:

3.17.1.1. Menor preço ou percentual de desconto do item;

3.17.1.2. Marca;

3.17.1.3. Modelo (quando couber);

3.17.1.4. Valor unitário.

3.17.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.17.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.17.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.17.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.17.6. As propostas terão validade de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.17.6.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

3.17.6.2. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

3.17.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência.

3.17.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. No horário estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar consonância com as especificações e condições detalhadas no edital.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

4.3. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no "chat" e relatar o teor das comunicações.

4.4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou manual em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item, conforme especificado na plataforma.

6.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir.

6.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

6.6.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.6.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.6.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.6.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.6.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.6.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.6.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.6.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.6.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.6.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7. DA NEGOCIAÇÃO

7.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo III do edital e devidamente adequada ao último lance e acompanhada de planilha de custos, por meio de campo próprio do sistema.

8.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

8.1.2. O prazo para envio da proposta é de, **no máximo (02) duas horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

8.1.4. Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

8.1.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.2. A proposta será desclassificada quando:

8.2.1. As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

8.2.2. Contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexequibilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência.

8.3.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

8.3.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

8.3.4. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

8.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.4.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.4.3. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4.5. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.4.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Secretaria responsável pela análise, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.4.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.1.3. Na hipótese de a Administração optar os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

9.1.3. A habilitação das licitantes será verificada na documentação especificada neste edital.

9.1.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto.

9.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital

9.2. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação:

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

9.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.3.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF.

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.4.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

9.4.5. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

9.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.5.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

9.6.1. Comprovação de outorga válida para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), no CNPJ da licitante, em situação ativa e regular, compatível com o objeto da contratação.

9.6.2. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a proponente já prestou serviço de forma satisfatória com característica semelhante ao objeto licitado.

9.6.3. Declaração formal de que dispõe de equipe técnica especializada, própria ou contratada, devidamente capacitada para execução dos serviços de instalação, configuração, operação e manutenção da rede, incluindo infraestrutura de fibra ótica e equipamentos de telecomunicações.

9.6.4. Declaração Unificada (Anexo IV).

9.7. VERIFICAÇÃO E SOLICITAÇÃO DA HABILITAÇÃO

9.7.1. Os documentos exigidos e que não forem inseridos no Sistema **LICITANET** previamente a abertura da sessão, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

9.7.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 9.3 ao 9.5 é de, no **máximo (02) duas horas**, a contar da convocação pelo pregoeiro, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.7.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.7.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.7.5. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

9.7.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

9.7.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

9.7.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame (em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021);

9.7.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7.6.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

9.7.6.4. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 9.7.6. e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.7.7. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar.

9.7.7.1. O prazo para envio dos documentos complementares é de, no máximo **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.7.7.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.7.7.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.7.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

9.7.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

9.7.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

9.7.8.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

9.7.9. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

9.7.9.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.7.10. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.

9.7.10.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

10. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

10.1. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

10.2. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11. DO RECURSO

11.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

11.1.1. A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

11.2. Registrada a intenção de recurso, a licitante deverá apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.4. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.5. O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.5.1. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

11.6. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

13. DA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Como condição para a celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

13.1.1. A Administração convocará a empresa vencedora para assinar o termo de contrato.

13.1.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

13.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 13.1.

13.5. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 13.2, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

17. DA DOTAÇÃO

17.1. Os recursos serão oriundos da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES			
Exercício	CONTA	Funcional programática	
2026	410	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	420	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	430	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	440	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	450	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	450EA	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	460	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	460EA	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	470	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

18.1.1. dar causa à inexecução parcial do objeto;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

18.1.2. dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. dar causa à inexecução total do objeto;

18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. não celebrar o termo de contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar;

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção prevista no item 18.2.1. será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 18.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.5. A sanção prevista no item 18.2.2., calculada na forma do edital ou do contrato, será de 10% (dez por cento) do valor contratado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas do item 18.1.1. ao 18.1.12.

18.6. A sanção prevista no item 18.2.3. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 18.1.2. e 18.2.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do município de PORTO BARREIRO, pelo prazo de 3 (três) anos.

18.7. A sanção prevista no inciso 18.2.4. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 18.1.8 ao 18.1.12., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.2. ao 18.1.7. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 18.6., e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo de 03 (três) anos.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (tres) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento **PREFERENCIALMENTE DEVERÃO** ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas ou realizados por forma eletrônica, através do e-mail: prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br.

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

19.5. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.6. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

19.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico **LICITANET** e no Site do Município de PORTO BARREIRO no link: <https://portobarreiro.pr.gov.br/licitacao/> para os interessados.

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Porto Barreiro, Paraná, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5. Nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Paraná.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - LEI FEDERAL N. 12.846/13

20.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

20.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

20.2.1. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

20.2.2. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

20.2.3. “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

20.2.4. “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

20.2.5. “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

20.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site oficial ou Jornal Oficial do Município.

22.7. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte das licitantes.

22.8. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, com exclusão de qualquer outro.

22.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração,

22.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.13. O Município de Porto Barreiro, Paraná, poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

22.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). No Portal da Transparência e endereço eletrônico <https://portobarreiro.pr.gov.br/licitacao/> – Menu Licitação.

Porto Barreiro/PR, 05 de maio de 2026.

Emanoel Vanderlei Volf
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO****ESTADO DO PARANÁ**

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

**ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES, VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS E
TOTAIS**

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	QTD	UN	Preço máx.	Preço máx. total
1	29349	<p>LINK DEDICADO EM FIBRA ÓTICA (1 Gbps) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET POR MEIO DE LINK DEDICADO EM FIBRA ÓTICA DE 1 GIGABITS POR SEGUNDO (GBPS), SIMÉTRICO, COM GARANTIA INTEGRAL DE BANDA (100%) E TRÁFEGO ILIMITADO, INCLUINDO INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE DE DADOS EM FIBRA ÓTICA PARA INTERLIGAÇÃO DE TODOS OS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, IMPLEMENTAÇÃO DE VLANS DE TRANSPORTE E VLANS INDEPENDENTES POR SETOR, FORMANDO UMA REDE CORPORATIVA INTEGRADA ENTRE OS DEPARTAMENTOS.</p> <p>O SERVIÇO DEVERÁ CONTEMPLAR AINDA O FORNECIMENTO DE ENDEREÇAMENTO IP PÚBLICO VÁLIDO, POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DE IPS, CONFIGURAÇÃO DE DNS REVERSO, SEGMENTAÇÃO DE REDE PARA DADOS ADMINISTRATIVOS, WI-FI, CÂMERAS DE SEGURANÇA E VOIP, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, MONITORAMENTO E GARANTIA DE DISPONIBILIDADE CONFORME SLA CONTRATUAL.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:</p> <p>1. LINK DEDICADO DE INTERNET</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER:</p> <p>- LINK DEDICADO EM FIBRA ÓTICA EXCLUSIVA, NÃO COMPARTILHADO, COM ROTEAMENTO CENTRALIZADO NO CPD DA PREFEITURA MUNICIPAL, RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO E GERENCIAMENTO DO TRÁFEGO</p>	12,00	MES	16.500,00	198.000,00



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>PARA TODOS OS SETORES INTERLIGADOS À REDE CORPORATIVA.</p> <ul style="list-style-type: none">- CONEXÃO SIMÉTRICA (UPLOAD E DOWNLOAD IGUAIS).- VELOCIDADE MÍNIMA GARANTIDA DE 1 GBPS (1.000 MBPS).- GARANTIA INTEGRAL DE BANDA (100%), SEM OVERSUBSCRIPTION.- TRÁFEGO ILIMITADO, SEM FRANQUIA, BLOQUEIOS OU REDUÇÃO DE VELOCIDADE.- ROTEAMENTO BGP OU EQUIVALENTE (QUANDO APLICÁVEL).- LATÊNCIA COMPATÍVEL COM APLICAÇÕES CRÍTICAS COMO VOIP E VÍDEO MONITORAMENTO.- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS (ONU/ONT, ROTEADOR, CONVERSORES, ETC.). <p>2. ENDEREÇAMENTO IP</p> <ul style="list-style-type: none">- FORNECIMENTO MÍNIMO DE 03 IPS PÚBLICOS VÁLIDOS (BLOCO /29), CONTEMPLANDO: <p>ENDEREÇO DE REDE</p> <p>GATEWAY</p> <p>BROADCAST</p> <ul style="list-style-type: none">- POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE ATÉ 06 IPS ADICIONAIS, MEDIANTE SOLICITAÇÃO FORMAL.- LIBERAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE DNS REVERSO (PTR). <p>3. INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓTICA</p> <ul style="list-style-type: none">- INSTALAÇÃO DE 21 PONTOS ATIVOS EM FIBRA ÓPTICA, DISTRIBUÍDOS ENTRE OS SETORES MUNICIPAIS.- TODOS OS PONTOS DEVERÃO SER ATENDIDOS EXCLUSIVAMENTE POR FIBRA ÓPTICA, SALVO COMPROVADA				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>INVIABILIDADE TÉCNICA EM UNIDADE ESCOLAR LOCALIZADA NA ZONA RURAL, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA FORMAL POR PARTE DA CONTRATADA E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO. NESSA HIPÓTESE, PODERÁ SER AUTORIZADA, POSTERIORMENTE, A INSTALAÇÃO POR MEIO DE ENLACE VIA RÁDIO, SEM QUALQUER CUSTO ADICIONAL PARA O MUNICÍPIO.</p> <p>- PREVISÃO CONTRATUAL PARA EXPANSÃO FUTURA DE ATÉ 05 (CINCO) PONTOS ADICIONAIS, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, SEM ACRÉSCIMO DE VALORES NA MENSALIDADE CONTRATADA, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES TÉCNICAS E A VIABILIDADE OPERACIONAL.</p> <p>- PREVISÃO DE 20 PONTOS DEDICADOS PARA FUTURA IMPLANTAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA URBANA, COM INFRAESTRUTURA PREPARADA PARA ATIVAÇÃO.</p> <p>- TODOS OS PONTOS DESTINADOS AO SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA DEVERÃO SER ATENDIDOS EXCLUSIVAMENTE POR FIBRA ÓPTICA, SALVO COMPROVADA INVIABILIDADE TÉCNICA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA FORMAL POR PARTE DA CONTRATADA E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. NESSA HIPÓTESE, PODERÁ SER AUTORIZADA, EXCEPCIONALMENTE, A INSTALAÇÃO POR MEIO DE ENLACE VIA RÁDIO, GARANTIDAS AS MESMAS CONDIÇÕES DE DESEMPENHO E ESTABILIDADE, SEM QUALQUER CUSTO ADICIONAL PARA O MUNICÍPIO.</p> <p>4. PONTOS DE INSTALAÇÃO</p> <p>- PREFEITURA MUNICIPAL (LINK PRINCIPAL NA PREFEITURA NO CPD)</p> <p>- POSTO DE SAÚDE – SEDE</p> <p>- POSTO DE SAÚDE – DISTRITO PORTO SANTA</p>				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

		<ul style="list-style-type: none">- UAPSF - UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA FAMÍLIA- SECRETARIA DE AGRICULTURA- POSTO DA POLÍCIA MILITAR- PÁTIO DE MÁQUINAS- CRAS- CONSELHO TUTELAR- ESCOLA IRMA INES VAILATTI- CRECHE RECANTO FELIZ- ESCOLA PADRE GALO – DISTRITO PORTO SANTA- VIGILÂNCIA SANITÁRIA- COZINHA ESCOLA- SAMAE- POÇO ARTESIANO – SAMAE – LINHA BARTOSKI- PONTO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA – RIO CRIM – SAMAE – LINHA BARTOSKI- ERM CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ – MANASA- PONTO WI-FI NA Balsa em Porto Santana- NOVA INSTALAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL- UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOVA- PONTOS ADICIONAIS DESTINADO À FUTURA EXPANSÃO DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, CONTEMPLANDO TANTO PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS QUANTO MONITORAMENTO URBANO EXTERNO, COM INFRAESTRUTURA PREPARADA PARA ATIVAÇÃO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.ESTRUTURA DE REDE E				
--	--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>SEGMENTAÇÃO</p> <p>1. ARQUITETURA</p> <ul style="list-style-type: none">- TOPOLOGIA CENTRALIZADA COM GERENCIAMENTO NO CPD DA PREFEITURA.- BACKBONE ÓPTICO INTERLIGANDO TODOS OS PONTOS. <p>2. VLANS OBRIGATÓRIAS</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ IMPLEMENTAR E CONFIGURAR:</p> <ul style="list-style-type: none">- VLAN INDIVIDUAL PARA CADA DEPARTAMENTO.- VLAN ADMINISTRATIVA CENTRAL.- VLAN EXCLUSIVA PARA WI-FI CORPORATIVO.- VLAN SEPARADA PARA WI-FI VISITANTE (QUANDO APLICÁVEL).- VLAN EXCLUSIVA PARA SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA.- VLAN EXCLUSIVA PARA O SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, GARANTINDO SEGMENTAÇÃO LÓGICA, ISOLAMENTO DE TRÁFEGO E SEGURANÇA NA TRANSMISSÃO DAS IMAGENS ATÉ O CPD DA PREFEITURA.- VLAN EXCLUSIVA PARA SISTEMA DE VOIP (CENTRAL CIP INSTALADA NA PREFEITURA E RAMAIS NAS SECRETARIAS).- DEMAIS VLANS QUE A CONTRATANTE ENTENDER NECESSÁRIAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL, PARA ATENDIMENTO DE NOVOS PROJETOS, SISTEMAS, SERVIÇOS OU EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. <p>3. REQUISITOS OPERACIONAIS</p> <ul style="list-style-type: none">- COMUNICAÇÃO ENTRE DEPARTAMENTOS VIA REDE PRIVADA MUNICIPAL.				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>- ISOLAMENTO DE TRÁFEGO ENTRE VLANS, COM CONTROLE VIA FIREWALL.</p> <p>- PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO (QOS) PARA VOIP E SERVIÇOS CRÍTICOS.</p> <p>CONTINUIDADE DE OPERAÇÃO DAS VLANS INTERNAS MESMO EM CASO DE INDISPONIBILIDADE DO LINK DE INTERNET.</p> <p>SISTEMA DE CÂMERAS E SERVIDORES MUNICIPAIS DEVERÃO PERMANECER OPERACIONAIS INTERNAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DO ACESSO EXTERNO.</p> <p>COMPLEMENTO AOS REQUISITOS OPERACIONAIS</p> <p>- A SOLUÇÃO DEVERÁ GARANTIR QUE O TRÁFEGO INTERNO ENTRE VLANS, DEPARTAMENTOS E SERVIDORES MUNICIPAIS OCORRA INTEGRALMENTE DENTRO DA REDE LOCAL (LAN), SEM UTILIZAÇÃO OU DEPENDÊNCIA DO LINK DE INTERNET CONTRATADO.</p> <p>- O ROTEADOR E A INFRAESTRUTURA ASSOCIADA DEVERÃO SUPORTAR ROTEAMENTO INTER-VLAN EM VELOCIDADE MÍNIMA DE 1 GBPS FULL-DUPLEX POR PORTA, ASSEGURANDO QUE A COMUNICAÇÃO INTERNA OPERE EM TAXA NOMINAL DA REDE LOCAL, INDEPENDENTE DA VELOCIDADE DO LINK EXTERNO.</p> <p>- A INDISPONIBILIDADE DO LINK DE INTERNET NÃO PODERÁ AFETAR A COMUNICAÇÃO INTERNA ENTRE DEPARTAMENTOS, SERVIDORES MUNICIPAIS, SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO, VOIP E DEMAIS SERVIÇOS LOCAIS.</p> <p>- A ARQUITETURA DEVERÁ PERMITIR TRANSFERÊNCIA DE DADOS ENTRE VLANS E EQUIPAMENTOS INTERNOS UTILIZANDO EXCLUSIVAMENTE A INFRAESTRUTURA LOCAL, MANTENDO DESEMPENHO</p>				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>COMPATÍVEL COM INTERFACES GIGABIT ETHERNET OU SUPERIORES.</p> <p>SUORTE TÉCNICO E SLA</p> <p>- A CONTRATADA DEVERÁ GARANTIR:</p> <p>- ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA.</p> <p>- TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA INICIAL: 30 MINUTOS.</p> <p>- ATENDIMENTO PRIORITÁRIO PARA UNIDADES CRÍTICAS (SAÚDE, SEGURANÇA E CPD).</p> <p>- MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SEMPRE QUE SOLICITADO PELO SETOR DE TI MUNICIPAL.</p> <p>- CONFIGURAÇÃO, AJUSTES E SUPORTE ÀS VLANS EM CONJUNTO COM O TÉCNICO DE TI DO MUNICÍPIO.</p> <p>- MONITORAMENTO ATIVO DO LINK E DA INFRAESTRUTURA.</p> <p>- SUBSTITUIÇÃO IMEDIATA DE EQUIPAMENTOS DEFEITUOSOS SEM CUSTO ADICIONAL.</p> <p>- RELATÓRIOS MENSIS DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO.</p> <p>OBJETIVO TÉCNICO:</p> <p>- GARANTIR INFRAESTRUTURA DE CONECTIVIDADE ROBUSTA, SEGURA E ESCALÁVEL, PERMITINDO:</p> <p>- INTEGRAÇÃO TOTAL ENTRE DEPARTAMENTOS.</p> <p>- IMPLANTAÇÃO DE VIDEO MONITORAMENTO URBANO.</p> <p>- IMPLANTAÇÃO DE VIDEO MONITORAMENTO PRÉDIOS PÚBLICOS.</p> <p>- TELEFONIA IP CENTRALIZADA.</p>				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>- SEGURANÇA LÓGICA DE REDE.</p> <p>- EXPANSÃO FUTURA DO SISTEMA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA.</p> <p>FORNECIMENTO INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE ROTEADOR DE ALTO DESEMPENHO COM SISTEMA OPERACIONAL ESPECIALIZADO</p> <p>EQUIPAMENTO: ROTEADOR CORPORATIVO DE ALTA CAPACIDADE PARA REDES DE GRANDE PORTE, COM PROCESSAMENTO MULTINÚCLEO E MÚLTIPLAS INTERFACES PARA GERENCIAMENTO AVANÇADO DE TRÁFEGO, OPERANDO COM SISTEMA OPERACIONAL ESPECIALIZADO PARA ROTEAMENTO E SERVIÇOS DE REDE.</p> <p>1. PROCESSAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none">•CPU ARM 64 BITS COM PELO MENOS 16 NÚCLEOS FÍSICOS, FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2.0 GHZ POR NÚCLEO.•ARQUITETURA OTIMIZADA PARA PROCESSAMENTO PARALELO E ACELERAÇÃO DE ROTEAMENTO, FIREWALL E VPN. <p>2. MEMÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none">•MÍNIMO 16 GB DDR4 RAM.•MEMÓRIA FLASH INTERNA MÍNIMA DE 256 MB PARA ARMAZENAMENTO DO SISTEMA E LOGS. <p>3. INTERFACES DE REDE:</p> <ul style="list-style-type: none">•12 PORTAS ETHERNET 10/100/1000 MBPS (RJ-45) COM SUPORTE A AUTO-NEGOCIAÇÃO, VLAN 802.1Q E AGREGAÇÃO DE LINKS.•4 PORTAS SFP+ 10 GBPS PARA UPLINKS DE ALTA VELOCIDADE. <p>4. SISTEMA OPERACIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none">•EQUIPADO COM SISTEMA OPERACIONAL DEDICADO PARA				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>ROTEAMENTO E SERVIÇOS DE REDE BASEADO EM LINUX, RECONHECIDO POR SUA ESTABILIDADE, FLEXIBILIDADE E AMPLO SUPORTE A PROTOCOLOS.</p> <ul style="list-style-type: none">•SUPORTE COMPLETO A PROTOCOLOS DINÂMICOS: OSPF, BGP, RIP, MPLS.•IMPLEMENTAÇÃO INTEGRADA DE FIREWALL STATEFUL, VPN IPSEC (AES-256), QOS AVANÇADO, NAT E ACLS.•INTERFACE DE GERENCIAMENTO VIA WEB (HTTPS), CLI (SSH E CONSOLE), E SUPORTE A SNMP V2/V3 PARA MONITORAMENTO REMOTO.•POSSIBILIDADE DE AUTOMATIZAÇÃO E SCRIPTS NATIVOS PARA CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO. <p>5. DESEMPENHO:</p> <ul style="list-style-type: none">•TAXA MÍNIMA DE ENCAMINHAMENTO DE 20 MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO (PPS).•THROUGHPUT MÍNIMO DE 28 GBPS.•CAPACIDADE PARA MAIS DE 1.500.000 SESSÕES SIMULTÂNEAS.•LATÊNCIA INFERIOR A 50 MICROSEGUNDOS. <p>6. HARDWARE E CONSTRUÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">•FORMATO RACKMOUNT 1U COMPATÍVEL COM RACKS 19'.•FONTES DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTES, HOT-SWAPPABLE, BIVOLT AUTOMÁTICO (100-240 V).•VENTILAÇÃO ATIVA COM MONITORAMENTO TÉRMICO.•INDICADORES LED PARA MONITORAMENTO DE STATUS. <p>7. CERTIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">•ATENDE ÀS NORMAS				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA E COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA (EX. CE, FCC).</p> <p>•CONFORMIDADE AMBIENTAL (ROHS, REACH).</p> <p>CLÁUSULA DE PROPRIEDADE</p> <p>• O ROTEADOR DE ALTO DESEMPENHO FORNECIDO, INSTALADO E CONFIGURADO PELA CONTRATADA SERÁ DE PROPRIEDADE DA CONTRATANTE (PREFEITURA MUNICIPAL) AO TÉRMINO DO CONTRATO, SEM QUALQUER ÔNUS ADICIONAL.</p>				
TOTAL R\$198.000,00					

OBS.: Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidades de medida do Sistema LICITANET e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo Administrativo nº 31/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET COM LINK DEDICADO DE FIBRA ÓTICA, COM SISTEMA DE REDES COM VLANS, FORMAÇÃO DE REDE CORPORATIVA COM TRANSPORTE DE IMAGEM DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, VOIP, ACESSO A SERVIDOR, ENTRE OUTRAS PRÁTICAS SEGURANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PORTO BARREIRO - PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	QTD	UN	Preço máx.	Preço máx. total
1	29349	LINK DEDICADO EM FIBRA ÓTICA (1 Gbps) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET POR MEIO DE LINK DEDICADO EM FIBRA ÓTICA DE 1 GIGABITS POR SEGUNDO (GBPS), SIMÉTRICO, COM GARANTIA INTEGRAL DE BANDA (100%) E TRÁFEGO ILIMITADO, INCLUINDO INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE DE DADOS EM FIBRA ÓPTICA PARA INTERLIGAÇÃO DE TODOS OS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, IMPLEMENTAÇÃO DE VLANS DE TRANSPORTE E VLANS INDEPENDENTES POR SETOR, FORMANDO UMA REDE CORPORATIVA INTEGRADA ENTRE OS DEPARTAMENTOS. O SERVIÇO DEVERÁ CONTEMPLAR AINDA O FORNECIMENTO DE ENDEREÇAMENTO IP PÚBLICO VÁLIDO, POSSIBILIDADE DE	12,00	MES	16.500,00	198.000,00



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>EXPANSÃO DE IPS, CONFIGURAÇÃO DE DNS REVERSO, SEGMENTAÇÃO DE REDE PARA DADOS ADMINISTRATIVOS, WI-FI, CÂMERAS DE SEGURANÇA E VOIP, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, MONITORAMENTO E GARANTIA DE DISPONIBILIDADE CONFORME SLA CONTRATUAL.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:</p> <p>1. LINK DEDICADO DE INTERNET</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER:</p> <ul style="list-style-type: none">- LINK DEDICADO EM FIBRA ÓTICA EXCLUSIVA, NÃO COMPARTILHADO, COM ROTEAMENTO CENTRALIZADO NO CPD DA PREFEITURA MUNICIPAL, RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO E GERENCIAMENTO DO TRÁFEGO PARA TODOS OS SETORES INTERLIGADOS À REDE CORPORATIVA.- CONEXÃO SIMÉTRICA (UPLOAD E DOWNLOAD IGUAIS).- VELOCIDADE MÍNIMA GARANTIDA DE 1 GBPS (1.000 MBPS).- GARANTIA INTEGRAL DE BANDA (100%), SEM OVERSUBSCRIPTION.- TRÁFEGO ILIMITADO, SEM FRANQUIA, BLOQUEIOS OU REDUÇÃO DE VELOCIDADE.- ROTEAMENTO BGP OU EQUIVALENTE (QUANDO APLICÁVEL).- LATÊNCIA COMPATÍVEL COM APLICAÇÕES CRÍTICAS COMO VOIP E VÍDEO MONITORAMENTO.- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS (ONU/ONT, ROTEADOR, CONVERSORES, ETC.). <p>2. ENDEREÇAMENTO IP</p> <ul style="list-style-type: none">- FORNECIMENTO MÍNIMO DE 03 IPS PÚBLICOS VÁLIDOS (BLOCO /29), CONTEMPLANDO:				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>ENDEREÇO DE REDE</p> <p>GATEWAY</p> <p>BROADCAST</p> <p>- POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE ATÉ 06 IPS ADICIONAIS, MEDIANTE SOLICITAÇÃO FORMAL.</p> <p>- LIBERAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE DNS REVERSO (PTR).</p> <p>3. INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓTICA</p> <p>- INSTALAÇÃO DE 21 PONTOS ATIVOS EM FIBRA ÓPTICA, DISTRIBUÍDOS ENTRE OS SETORES MUNICIPAIS.</p> <p>- TODOS OS PONTOS DEVERÃO SER ATENDIDOS EXCLUSIVAMENTE POR FIBRA ÓPTICA, SALVO COMPROVADA INVIABILIDADE TÉCNICA EM UNIDADE ESCOLAR LOCALIZADA NA ZONA RURAL, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA FORMAL POR PARTE DA CONTRATADA E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO. NESSA HIPÓTESE, PODERÁ SER AUTORIZADA, POSTERIORMENTE, A INSTALAÇÃO POR MEIO DE ENLACE VIA RÁDIO, SEM QUALQUER CUSTO ADICIONAL PARA O MUNICÍPIO.</p> <p>- PREVISÃO CONTRATUAL PARA EXPANSÃO FUTURA DE ATÉ 05 (CINCO) PONTOS ADICIONAIS, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, SEM ACRÉSCIMO DE VALORES NA MENSALIDADE CONTRATADA, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES TÉCNICAS E A VIABILIDADE OPERACIONAL.</p> <p>- PREVISÃO DE 20 PONTOS DEDICADOS PARA FUTURA IMPLANTAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA URBANA, COM INFRAESTRUTURA PREPARADA PARA ATIVAÇÃO.</p> <p>- TODOS OS PONTOS DESTINADOS AO SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA DEVERÃO SER ATENDIDOS EXCLUSIVAMENTE POR FIBRA ÓPTICA, SALVO COMPROVADA INVIABILIDADE TÉCNICA, MEDIANTE</p>				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA FORMAL POR PARTE DA CONTRATADA E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. NESSA HIPÓTESE, PODERÁ SER AUTORIZADA, EXCEPCIONALMENTE, A INSTALAÇÃO POR MEIO DE ENLACE VIA RÁDIO, GARANTIDAS AS MESMAS CONDIÇÕES DE DESEMPENHO E ESTABILIDADE, SEM QUALQUER CUSTO ADICIONAL PARA O MUNICÍPIO.</p> <p>4. PONTOS DE INSTALAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- PREFEITURA MUNICIPAL (LINK PRINCIPAL NA PREFEITURA NO CPD)- POSTO DE SAÚDE – SEDE- POSTO DE SAÚDE – DISTRITO PORTO SANTA- UAPSF - UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA FAMÍLIA- SECRETARIA DE AGRICULTURA- POSTO DA POLÍCIA MILITAR- PÁTIO DE MÁQUINAS- CRAS- CONSELHO TUTELAR- ESCOLA IRMA INES VAILATTI- CRECHE RECANTO FELIZ- ESCOLA PADRE GALO – DISTRITO PORTO SANTA- VIGILÂNCIA SANITÁRIA- COZINHA ESCOLA- SAMAE- POÇO ARTESIANO – SAMAE – LINHA BARTOSKI- PONTO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA – RIO CRIM – SAMAE – LINHA BARTOSKI- ERM CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ –				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>MANASA</p> <ul style="list-style-type: none">- PONTO WI-FI NA Balsa em Porto Santana- NOVA INSTALAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL- UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOVA- PONTOS ADICIONAIS DESTINADO À FUTURA EXPANSÃO DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, CONTEMPLANDO TANTO PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS QUANTO MONITORAMENTO URBANO EXTERNO, COM INFRAESTRUTURA PREPARADA PARA ATIVAÇÃO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. <p>ESTRUTURA DE REDE E SEGMENTAÇÃO</p> <p>1. ARQUITETURA</p> <ul style="list-style-type: none">- TOPOLOGIA CENTRALIZADA COM GERENCIAMENTO NO CPD DA PREFEITURA.- BACKBONE ÓPTICO INTERLIGANDO TODOS OS PONTOS. <p>2. VLANS OBRIGATÓRIAS</p> <p>A CONTRATADA DEVERÁ IMPLEMENTAR E CONFIGURAR:</p> <ul style="list-style-type: none">- VLAN INDIVIDUAL PARA CADA DEPARTAMENTO.- VLAN ADMINISTRATIVA CENTRAL.- VLAN EXCLUSIVA PARA WI-FI CORPORATIVO.- VLAN SEPARADA PARA WI-FI VISITANTE (QUANDO APLICÁVEL).- VLAN EXCLUSIVA PARA SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA.- VLAN EXCLUSIVA PARA O SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, GARANTINDO SEGMENTAÇÃO LÓGICA, ISOLAMENTO DE TRÁFEGO				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>E SEGURANÇA NA TRANSMISSÃO DAS IMAGENS ATÉ O CPD DA PREFEITURA.</p> <p>- VLAN EXCLUSIVA PARA SISTEMA DE VOIP (CENTRAL CIP INSTALADA NA PREFEITURA E RAMAIS NAS SECRETARIAS).</p> <p>- DEMAIS VLANS QUE A CONTRATANTE ENTENDER NECESSÁRIAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL, PARA ATENDIMENTO DE NOVOS PROJETOS, SISTEMAS, SERVIÇOS OU EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.</p> <p>3. REQUISITOS OPERACIONAIS</p> <p>- COMUNICAÇÃO ENTRE DEPARTAMENTOS VIA REDE PRIVADA MUNICIPAL.</p> <p>- ISOLAMENTO DE TRÁFEGO ENTRE VLANS, COM CONTROLE VIA FIREWALL.</p> <p>- PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO (QOS) PARA VOIP E SERVIÇOS CRÍTICOS.</p> <p>CONTINUIDADE DE OPERAÇÃO DAS VLANS INTERNAS MESMO EM CASO DE INDISPONIBILIDADE DO LINK DE INTERNET.</p> <p>SISTEMA DE CÂMERAS E SERVIDORES MUNICIPAIS DEVERÃO PERMANECER OPERACIONAIS INTERNAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DO ACESSO EXTERNO.</p> <p>COMPLEMENTO AOS REQUISITOS OPERACIONAIS</p> <p>- A SOLUÇÃO DEVERÁ GARANTIR QUE O TRÁFEGO INTERNO ENTRE VLANS, DEPARTAMENTOS E SERVIDORES MUNICIPAIS OCORRA INTEGRALMENTE DENTRO DA REDE LOCAL (LAN), SEM UTILIZAÇÃO OU DEPENDÊNCIA DO LINK DE INTERNET CONTRATADO.</p> <p>- O ROTEADOR E A INFRAESTRUTURA ASSOCIADA DEVERÃO SUPORTAR ROTEAMENTO</p>				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>INTER-VLAN EM VELOCIDADE MÍNIMA DE 1 GBPS FULL-DUPLEX POR PORTA, ASSEGURANDO QUE A COMUNICAÇÃO INTERNA OPERE EM TAXA NOMINAL DA REDE LOCAL, INDEPENDENTE DA VELOCIDADE DO LINK EXTERNO.</p> <p>- A INDISPONIBILIDADE DO LINK DE INTERNET NÃO PODERÁ AFETAR A COMUNICAÇÃO INTERNA ENTRE DEPARTAMENTOS, SERVIDORES MUNICIPAIS, SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO, VOIP E DEMAIS SERVIÇOS LOCAIS.</p> <p>- A ARQUITETURA DEVERÁ PERMITIR TRANSFERÊNCIA DE DADOS ENTRE VLANS E EQUIPAMENTOS INTERNOS UTILIZANDO EXCLUSIVAMENTE A INFRAESTRUTURA LOCAL, MANTENDO DESEMPENHO COMPATÍVEL COM INTERFACES GIGABIT ETHERNET OU SUPERIORES.</p> <p>SUORTE TÉCNICO E SLA</p> <p>- A CONTRATADA DEVERÁ GARANTIR:</p> <p>- ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA.</p> <p>- TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA INICIAL: 30 MINUTOS.</p> <p>- ATENDIMENTO PRIORITÁRIO PARA UNIDADES CRÍTICAS (SAÚDE, SEGURANÇA E CPD).</p> <p>- MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SEMPRE QUE SOLICITADO PELO SETOR DE TI MUNICIPAL.</p> <p>- CONFIGURAÇÃO, AJUSTES E SUPORTE ÀS VLANS EM CONJUNTO COM O TÉCNICO DE TI DO MUNICÍPIO.</p> <p>- MONITORAMENTO ATIVO DO LINK E DA INFRAESTRUTURA.</p> <p>- SUBSTITUIÇÃO IMEDIATA DE EQUIPAMENTOS DEFEITUOSOS SEM CUSTO ADICIONAL.</p>				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

		<p>- RELATÓRIOS MENSAIS DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO.</p> <p>OBJETIVO TÉCNICO:</p> <ul style="list-style-type: none">- GARANTIR INFRAESTRUTURA DE CONECTIVIDADE ROBUSTA, SEGURA E ESCALÁVEL, PERMITINDO:- INTEGRAÇÃO TOTAL ENTRE DEPARTAMENTOS.- IMPLANTAÇÃO DE VIDEO MONITORAMENTO URBANO.- IMPLANTAÇÃO DE VIDEO MONITORAMENTO PRÉDIOS PÚBLICOS.- TELEFONIA IP CENTRALIZADA.- SEGURANÇA LÓGICA DE REDE.- EXPANSÃO FUTURA DO SISTEMA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA. <p>FORNECIMENTO INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE ROTEADOR DE ALTO DESEMPENHO COM SISTEMA OPERACIONAL ESPECIALIZADO</p> <p>EQUIPAMENTO: ROTEADOR CORPORATIVO DE ALTA CAPACIDADE PARA REDES DE GRANDE PORTE, COM PROCESSAMENTO MULTINÚCLEO E MÚLTIPLAS INTERFACES PARA GERENCIAMENTO AVANÇADO DE TRÁFEGO, OPERANDO COM SISTEMA OPERACIONAL ESPECIALIZADO PARA ROTEAMENTO E SERVIÇOS DE REDE.</p> <p>1. PROCESSAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none">•CPU ARM 64 BITS COM PELO MENOS 16 NÚCLEOS FÍSICOS, FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2.0 GHZ POR NÚCLEO.•ARQUITETURA OTIMIZADA PARA PROCESSAMENTO PARALELO E ACELERAÇÃO DE ROTEAMENTO, FIREWALL E VPN.			
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<p>2. MEMÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none">•MÍNIMO 16 GB DDR4 RAM.•MEMÓRIA FLASH INTERNA MÍNIMA DE 256 MB PARA ARMAZENAMENTO DO SISTEMA E LOGS. <p>3. INTERFACES DE REDE:</p> <ul style="list-style-type: none">•12 PORTAS ETHERNET 10/100/1000 MBPS (RJ-45) COM SUPORTE A AUTO-NEGOCIAÇÃO, VLAN 802.1Q E AGREGAÇÃO DE LINKS.•4 PORTAS SFP+ 10 GBPS PARA UPLINKS DE ALTA VELOCIDADE. <p>4. SISTEMA OPERACIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none">•EQUIPADO COM SISTEMA OPERACIONAL DEDICADO PARA ROTEAMENTO E SERVIÇOS DE REDE BASEADO EM LINUX, RECONHECIDO POR SUA ESTABILIDADE, FLEXIBILIDADE E AMPLO SUPORTE A PROTOCOLOS.•SUPORTE COMPLETO A PROTOCOLOS DINÂMICOS: OSPF, BGP, RIP, MPLS.•IMPLEMENTAÇÃO INTEGRADA DE FIREWALL STATEFUL, VPN IPSEC (AES-256), QOS AVANÇADO, NAT E ACLS.•INTERFACE DE GERENCIAMENTO VIA WEB (HTTPS), CLI (SSH E CONSOLE), E SUPORTE A SNMP V2/V3 PARA MONITORAMENTO REMOTO.•POSSIBILIDADE DE AUTOMATIZAÇÃO E SCRIPTS NATIVOS PARA CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO. <p>5. DESEMPENHO:</p> <ul style="list-style-type: none">•TAXA MÍNIMA DE ENCAMINHAMENTO DE 20 MILHÕES DE PACOTES POR SEGUNDO (PPS).•THROUGHPUT MÍNIMO DE 28 GBPS.•CAPACIDADE PARA MAIS DE 1.500.000 SESSÕES SIMULTÂNEAS.				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

	<ul style="list-style-type: none">•LATÊNCIA INFERIOR A 50 MICROSEGUNDOS. <p>6. HARDWARE E CONSTRUÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">•FORMATO RACKMOUNT 1U COMPATÍVEL COM RACKS 19'.•FONTES DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTES, HOT-SWAPPABLE, BIVOLT AUTOMÁTICO (100-240 V).•VENTILAÇÃO ATIVA COM MONITORAMENTO TÉRMICO.•INDICADORES LED PARA MONITORAMENTO DE STATUS. <p>7. CERTIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">•ATENDE ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA E COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA (EX. CE, FCC).•CONFORMIDADE AMBIENTAL (ROHS, REACH). <p>CLÁUSULA DE PROPRIEDADE</p> <ul style="list-style-type: none">• O ROTEADOR DE ALTO DESEMPENHO FORNECIDO, INSTALADO E CONFIGURADO PELA CONTRATADA SERÁ DE PROPRIEDADE DA CONTRATANTE (PREFEITURA MUNICIPAL) AO TÉRMINO DO CONTRATO, SEM QUALQUER ÔNUS ADICIONAL.				
TOTAL R\$198.000,00					

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei no 14.133/2021, prorrogável nos termos da Lei 14.133/2021

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.4. O aumento da capacidade do link de internet justifica-se pelos seguintes pilares:

1.4.1. Digitalização de Processos (Papel Zero): A migração de processos físicos para sistemas de protocolo eletrônico e gestão de documentos exige tráfego



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

constante de arquivos pesados (PDFs, imagens e escaneamentos) sem interrupções.

1.4.2. Sistemas Governamentais e Obrigações Fiscais: O uso intensivo de plataformas como o SIM-AM (Tribunal de Contas), sistemas de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), e portais de convênios federais exige estabilidade e velocidade para evitar perda de prazos e inconsistências no envio de dados.

1.4.3. Serviços de Nuvem e Backup: A implementação de backups em nuvem para segurança de dados do patrimônio, frotas e recursos humanos requer uma largura de banda que não comprometa a navegação dos demais setores durante o upload.

1.4.4 Atendimento ao Cidadão e Transparência: A manutenção do Portal da Transparência, a transmissão de licitações ao vivo (conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021) e o acesso a serviços online pelos munícipes demandam uma infraestrutura de rede resiliente.

1.4.5. Redução de Latência: O link de 100 Mbps encontra-se saturado em horários de pico, causando lentidão em setores críticos como Saúde (Prontuário Eletrônico) e Assistência Social (CadÚnico).

1.4.6. Escalabilidade: A fibra ótica de 1 Gbps permite a expansão de novos pontos de rede e a instalação de sistemas de monitoramento por câmeras (para segurança dos prédios públicos sem a necessidade de novos upgrades a curto prazo).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei no 14.133/21)

4.1. Além dos critérios eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

4.1.1. LINK DE INTERNET

- a) Link dedicado em fibra óptica exclusiva;
- b) Velocidade mínima garantida: 1 Gbps simétrico;
- c) Garantia de banda: 100%, sem oversubscription;
- d) Tráfego ilimitado, sem franquia ou redução de velocidade;
- e) Roteamento BGP ou equivalente, quando aplicável;
- f) Latência adequada para aplicações críticas (VoIP e videomonitoramento);
- g) Fornecimento, instalação e configuração de todos os equipamentos necessários.

4.1.2. ENDEREÇAMENTO IP

- a) Fornecimento mínimo de bloco /29 de IP público válido;
- b) Possibilidade de expansão;
- c) Configuração de DNS reverso (PTR).

4.1.3. INFRAESTRUTURA E INTERLIGAÇÃO

- a) Implantação de rede em fibra óptica interligando 21 pontos municipais;
- b) Expansão prevista para até 5 novos pontos;
- c) Atendimento prioritário em fibra óptica, sendo permitido enlace via rádio exclusivamente quando comprovada a inviabilidade técnica total de atendimento por fibra, mediante justificativa técnica formal e aprovação da Administração;
- d) Estrutura preparada para até 20 pontos de videomonitoramento.

4.1.3.1. Quando houver utilização de postes de concessionária de energia elétrica (COPEL), a contratada deverá observar as normas aplicáveis, sendo responsável pela obtenção das autorizações necessárias, quando exigidas, bem como pela elaboração ou regularização de projeto técnico de ocupação, sem ônus adicional para a Administração.

4.1.4. PONTOS DE INSTALAÇÃO

- a) Prefeitura Municipal – CPD (link principal)
- b) Posto de Saúde – Sede
- c) Posto de Saúde – Distrito Porto Santana
- d) UAPSF
- e) Secretaria de Agricultura



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

- f) Posto da Polícia Militar
- g) Pátio de Máquinas
- h) CRAS
- i) Conselho Tutelar
- j) Escola Irma Ines Vailatti
- k) Creche Recanto Feliz
- l) Escola Padre Galo – Distrito Porto Santa
- m) Vigilância Sanitária
- n) Cozinha Escola
- o) SAMAE
- p) Poço Artesiano SAMAE – Linha Bartoski
- q) Captação de Água Rio Crin – SAMAE – Linha Bartoski
- r) ERMC Cândida Oliveira Luz – Manasa
- s) Ponto Wi-Fi da Balsa – Porto Santana
- t) Nova Creche Municipal
- u) Nova Unidade Básica de Saúde
- v) Pontos adicionais destinado à futura expansão do sistema de vídeo monitoramento.

4.1.5. SEGMENTAÇÃO LÓGICA E REDE CORPORATIVA

4.1.5.1. A contratada deverá implementar rede corporativa municipal com segmentação por VLANs.

- a) VLAN Administração (CPD);
- b) VLANs por Secretaria/Departamento;
- c) VLAN Wi-Fi Corporativo;
- d) VLAN Wi-Fi Visitante (isolada);
- e) VLAN Videomonitoramento;
- f) VLAN VoIP.

4.1.5.2. Requisitos:

- a) Cada unidade deverá operar em sua VLAN específica;
- b) Isolamento entre redes;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

- c) Possibilidade de criação/alteração de VLANs;
- d) Documentação completa da estrutura lógica.

4.1.6. FUNCIONAMENTO INDEPENDENTE DA INTERNET

4.16.1. A rede deverá operar independentemente do link de internet, garantindo:

- a) Funcionamento das câmeras;
- b) Comunicação entre unidades;
- c) Transferência de arquivos;
- d) Operação de sistemas internos.

4.1.7. EQUIPAMENTOS

4.1.7.1. A contratada deverá fornecer, instalar e configurar todos os equipamentos necessários, incluindo:

- a) Equipamento de terminação óptica (ONU/ONT ou equivalente);
- b) Equipamentos de rede local quando necessário;
- c) Equipamento central corporativo no CPD.

4.1.7.2. A contratada deverá obrigatoriamente fornecer os equipamentos necessários para instalação e funcionamento da rede nas Secretarias, Departamentos e demais unidades que não possuam infraestrutura de rede existente, ou que não estejam fisicamente integradas a prédios públicos já estruturados.

4.1.7.3. Nestes casos, deverá garantir:

- a) Implantação completa da solução no local;
- b) Equipamentos suficientes para operação na rede corporativa;
- c) Integração plena via VLAN com o restante da rede municipal;
- d) Funcionamento contínuo dos serviços internos.

4.1.7.3. Os equipamentos deverão suportar VLANs, roteamento, segurança e operação contínua da rede.

4.1.8. FORNECIMENTO DE ROTEADOR CORPORATIVO (CPD)

* CPU ARM 64 bits, mínimo 16 núcleos ≥ 2.0 GHz;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

- * 16 GB RAM mínimo;
- * 12 portas RJ45 + 4 portas SFP+;
- * Suporte a BGP, OSPF, MPLS;
- * Firewall, VPN, NAT, QoS;
- * Throughput ≥ 28 Gbps;
- * Montagem em rack 19”;
- * Fontes redundantes.

4.1.8.1 O roteador corporativo instalado no CPD deverá ser fornecido pela contratada em caráter definitivo, sendo incorporado ao patrimônio da Prefeitura ao término do contrato, sem custos adicionais.

4.1.8.3. A contratada deverá entregar o equipamento plenamente configurado, com acesso administrativo completo à Administração, incluindo credenciais, backups de configuração e documentação técnica.

4.1.9. SUPORTE E SLA

- a) Suporte 24/7;
- b) Tempo de resposta inicial: 30 minutos;
- c) Atendimento presencial crítico: até 3 horas;
- d) Monitoramento ativo;
- e) Substituição de equipamentos sem custo.

5. VISTORIA

5.1. Serão permitidas as licitantes a realização de vistoria técnica ou vistoria prévia para conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, para a perfeita elaboração de sua proposta, ficando as suas expensas, sob sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações necessárias, não sendo quesito obrigatório.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

6.1. O link dedicado principal deverá ser instalado, configurado e entregue em pleno funcionamento no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

6.1.1 O prazo compreende todas as etapas necessárias à ativação do serviço, incluindo instalação, configuração, testes e liberação para uso.

6.1.2. A exigência do prazo reduzido justifica-se em razão da dependência direta das atividades administrativas da Prefeitura em relação à conectividade com a internet, considerando a utilização contínua de sistemas governamentais, protocolos digitais e sistema de gestão (Equiplano), os quais operam integralmente em ambiente online.

6.1.3. A indisponibilidade do serviço compromete o funcionamento dos setores públicos, o atendimento ao cidadão e a continuidade dos serviços essenciais.

6.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo/em anexo:

6.2.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.2. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma de prestação dos serviços.

6.2.3. As peças, fiação ou qualquer outro componente do sistema fibra óptica que possam comprometer o seu perfeito funcionamento deverão constatar para evitar que o local fique sem conexão.

6.2.4. Os atendimentos, as trocas de componentes e demais peças, deverão ser registradas pela Contratada, apresentadas ao fiscal e/ou gestor do contrato, através de um relatório mensal de atendimentos e da fatura.

6.2.5. Toda e qualquer substituição e/ou manutenção corretiva das peças e dos equipamentos correrão por conta e as expensas da Contratada e não serão em nenhuma hipótese de responsabilidade da Contratante.

6.2.6. A contratada deve ter em seu quadro de funcionários ou firmado entre as partes, profissionais com cursos relacionados as normativas regulamentadoras nas áreas de Segurança do Trabalho, atendendo assim todas as leis e normativas pertinentes a matéria.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Todos os cabos de fibra óptica necessários para instalação, bem como, os demais itens relacionados no quadro de descrição dos serviços.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Os serviços serão solicitados de forma imediata após a assinatura do contrato.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei no 14.133/21)

9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei no 14.133/2021, art. 115, caput).

9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei no 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133/2021, art. 117, caput).

9.1.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei no 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei no 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei no 14.133/2021, art. 119).

9.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei no 14.133/2021, art. 120).



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

9.1.6. Somente contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei no 14.133/2021, art. 121, caput).

9.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.8. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração, e acompanhado da respectiva Nota Fiscal e CND's, FGTS e INSS. Caso a empresa não esteja com a regularidade fiscal em dia, a Ata poderá cancelada, sem prejuízo do recebimento dos valores pelos produtos efetivamente entregues e aceitos.

9.1.9. O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação.

DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

9.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, da execução da execução, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2.1.1. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.1.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

9.2.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser-corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.3. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo de aceite.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão eletrônico, com fundamento na hipótese na Lei nº 14.133/2021.

10.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

A) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

B) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei no 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.5. Habilitação Jurídica:

10.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.6. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF.

10.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

10.6.3.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.6.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

10.6.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.6.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.7. Qualificação econômico-financeira



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

10.7.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante;

10.8. Qualificação técnica

10.8.1 Comprovação de outorga válida para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), no CNPJ da licitante, em situação ativa e regular, compatível com o objeto da contratação.

10.8.2. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a proponente já prestou serviço de forma satisfatória com característica semelhante ao objeto licitado.

10.8.3. Declaração formal de que dispõe de equipe técnica especializada, própria ou contratada, devidamente capacitada para execução dos serviços de instalação, configuração, operação e manutenção da rede, incluindo infraestrutura de fibra ótica e equipamentos de telecomunicações.

11 DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

11.1. O valor a ser pago para a execução do objeto, poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, pelo índice de inflação Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), considerando-se como data-base para o primeiro reajuste a data da apresentação da proposta.

11.2 Não se admitirá a imputação ao CONTRATANTE de nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

11.3. Não será concedido reajuste de preços resultante de atrasos ocorridos unicamente em decorrência da incapacidade da Contratada em cumprir o prazo ajustado.

11.4. Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da Contratada, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

11.4.1. Quando houver atrasos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora, se os preços aumentarem, prevalecerá os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

11.4.2. Se os preços diminuïrem prevalecerá os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

11.4.3. A posterior recuperação do atraso não ensejará às atualizações dos índices no período em que ocorrer a mora.

11.4.4. Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRATADA, a ela caberá apresentar solicitação

formal, que será apreciada e, no caso de deferimento pela CONTRATANTE, formalizada mediante Termo de Apostilamento ou de Aditamento.

11.4.5. Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRANTE, o reajuste será promovido de ofício, com prévia comunicação formal à CONTRATADA.

11.4.6. O valor pactuado poderá ser revisto, por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do

equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis,

porém de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução do contrato tal como pactuado.

11.4.7 Recai sobre a CONTRATADA o ônus de comprovar a necessidade de restabelecimento dos preços na forma da disposição anterior, cabendo ao CONTRATANTE decidir a solicitação no prazo de 01 (um) mês, a partir do protocolo do requerimento.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento anual do município.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÕES			
Exercício	CONTA	Funcional programática	
2026	410	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	420	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	430	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	440	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	450	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

2026	450EA	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	460	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	460EA	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	470	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

ANEXO III MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo:

PREGAO ELETRONICO Nº /
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
E-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não

Lote: XX								
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Marca	Modelo	Preço total
X	XXX	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
TOTAL								XXX

Valor total: xxxx (por extenso).

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

Prazo de validade de: xx (mínimo 90) dias, contados da data de abertura da licitação.

Local, XX de XX de 202X.
Representante Legal



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

ANEXO IV DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura Municipal de PORTO BARREIRO- PMPB
Pregão Eletrônico nº 19/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET COM LINK DEDICADO DE FIBRA ÓTICA, COM SISTEMA DE REDES COM VLANS, FORMAÇÃO DE REDE CORPORATIVA COM TRANSPORTE DE IMAGEM DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, VOIP, ACESSO A SERVIDOR, ENTRE OUTRAS PRÁTICAS SEGURANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PORTO BARREIRO - PR.

A empresa abaixo assinada declara, sob as penas da lei, que:

- Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.
- Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores) bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, até o terceiro grau ou por adoção, conforme disposto na Lei Orgânica do Município,



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

bem como o Art. 14º da lei Federal 14.133/2021, e Súmula vinculante nº. 13 STF.

- Os sócios da empresa não são servidores efetivos, temporários ou comissionados do município de Porto Barreiro - Pr.
- Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 **<quando for o caso>**.

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo do CNPJ



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

ANEXO V MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. xxx/2026

Contrato de fornecimento, entre o
MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
e o proponente: **xxxxx**, Pregão
Eletrônico nº. 0XX/2026.

Por este instrumento administrativo de que entre si celebram, de um lado O **MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n.º 01.591.618/0001-36, com sede na Rua das Camélias, 900 – Centro – 85.345/000, Porto Barreiro, Paraná fone n.º (42) 3661-1010, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EMANOEL VANDERLEI VOLFF**, portador da Cédula de Identidade nº 4.142.437-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 644.104.129-49, doravante denominado **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa: xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, situada na xxxx, nº xxx, xxxx, xxx, xxx, CEP xxxx, representado pelo Sr. xxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxe portador da cédula de identidade o nº xxxx, doravante neste contrato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições constantes no Pregão Eletrônico nº. xxx/2026, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET COM LINK DEDICADO DE FIBRA ÓTICA, COM SISTEMA DE REDES COM VLANS, FORMAÇÃO DE REDE CORPORATIVA COM TRANSPORTE DE IMAGEM DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, VOIP, ACESSO A SERVIDOR, ENTRE OUTRAS PRÁTICAS SEGURANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PORTO BARREIRO - PR, ficando este contrato vinculado ao Termo de Referência da contratação bem como à Proposta Comercial da Contratada.

Parágrafo Único: Dos serviços a serem executados:

Lote: 1 - ITEM001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	XXXX	XXXXXXXX	XXXX	UN	XXXXX	XXXXX
TOTAL						XXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E REAJUSTE

Parágrafo Primeiro: O valor total do presente contrato é de **R\$ XXXXX**, referente aos serviços supramencionados na cláusula primeira.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

Parágrafo Segundo: O CONTRATO será passível de reajuste, pelo índice INPC após o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Parágrafo Único: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Se houver interesse entre as partes, poderá ser prorrogado dentro dos limites legais.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após execução dos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal de prestação dos serviços. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

Parágrafo Segundo: O pagamento poderá ser susgado, no todo ou em parte, nos casos de:

- I. Se os serviços sejam executados de forma irregular com o disposto neste contrato;
- II. Deixar de cumprir com as obrigações ao objeto acima;
- III. Se por qualquer motivo por parte do contratado, deixar de atender às necessidades da contratação.

Parágrafo Terceiro: O pagamento será efetuado conforme consta no Anexo II (Termo de Referência) do edital do Pregão Eletrônico XXX/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Parágrafo Único: Os recursos financeiros para o cumprimento do presente contrato ficarão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES			
Exercício	CONTA	Funcional programática	
2026	410	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	420	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

2026	430	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	440	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	450	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	450EA	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	460	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	460EA	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00
2026	470	03.001.04.122.0003.2003	3.3.90.39.00.00

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Parágrafo Único: Constituem obrigações da contratada:

- I.** O entrega/execução esta dispostos no Anexo II, Termo de Referência.
- II.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- III.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IV.** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- V.** Não terceirizar a execução do serviço sem a anuência expressa do CONTRATANTE;
- VI.** Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- VII.** Arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do contrato, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;
- VIII.** Responsabilizar-se pelo adimplemento em dia de todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, indenizações e demais despesas com pessoal decorrente da execução do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício;
- IX.** Responsabilizar-se pelo transporte, hospedagem, alimentação, deslocamentos e demais despesas com seus funcionários e prepostos na consecução e entrega do objeto;
- X.** Fornecer e obrigar que seus funcionários utilizem uniformes e todos os equipamentos de proteção individual e coletiva nos termos da legislação;
- XI.** Observar e fazer cumprir todas as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, conforme e legislação vigente, responsabilizando-se por todos os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais das pessoas empregadas direta ou indiretamente para a execução do contrato;
- XII.** Manter o CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custo, despesa ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações e danos à imagem, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres que venha a ser alegada em função da execução deste contrato;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

- XIII. Cumprir a legislação trabalhista, respondendo por quaisquer violações aos dispositivos;
- XIV. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- XV. Arcar com a reparação dos danos causados ao CONTRATANTE ou à terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio.
- XVI. Arcar com os eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive extrapatrimonial.
- XVII. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, serviços(s) que não atenda(m) as especificações mínimas contidas neste Termo de Referência.
- XVIII. Demais exigências constam no Anexo II, Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

Parágrafo Único: Constituem obrigações da contratante:

- I. São obrigações do CONTRATANTE:
- II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o edital e proposta.
- III. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem ou serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo
- IV. Comunicar o CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- V. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- VI. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a parcela do serviço executado.
- VII. Descontar do CONTRATADO de maneira proporcional referente ao período que eventualmente não ocorrer a efetiva prestação do serviço, especialmente no início ou término do contrato, quando poderá não ser executado totalmente naquele mês.
- VIII. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta licitação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES:

Parágrafo Primeiro: O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do objeto;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

- II. dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do objeto;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o termo de concessão ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Terceiro: Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Quarto: A sanção prevista no Parágrafo Segundo, I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo Quinto: A sanção prevista Parágrafo Segundo desta Cláusula, II, calculada na forma do edital ou do contrato, será de 10% (dez por cento) do valor contratado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas do item Parágrafo Primeiro desta Cláusula, I ao XII.

Parágrafo Sexto: A sanção prevista no Parágrafo Segundo desta Cláusula, III, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Parágrafo



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

Primeiro desta Cláusula, II, III, IV, V, VI e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do município de Porto Barreiro pelo prazo de 3 (três) anos.

Parágrafo Sétimo: A sanção prevista no Parágrafo Segundo desta Cláusula, III, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, VIII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, I ao XII que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida Parágrafo Sexto desta Cláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo de 03 (três) anos.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro: Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Parágrafo Segundo: A extinção do CONTRATO poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

- III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – CASOS OMISSOS

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Único: Nos termos do Decreto Municipal nº XX/2026, constituem fiscais e gestor do respectivo Contrato:

- I. GESTOR: xxxxxxxxx.
- II. FISCAL: xxxxxxxxx.
- III. FISCAL SUBSTITUTO: xxxxxxxxx.

Da Cláusula Antifraude e Anticorrupção

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

a) define, para os propósitos desta cláusula, os termos estabelecidos abaixo:

(I) "**prática corrupta**" significa oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(II) "**prática fraudulenta**" significa a falsificação ou omissão dos fatos a fim de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(III) "**prática colusiva**" significa esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais **Concorrentes**, com ou sem o conhecimento do Mutuário ou de seus Prepostos, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

(IV) "**prática coercitiva**" significa causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

(V) "**prática obstrutiva**" significa:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma inspeção do



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria.

(b) rejeitará proposta de adjudicação se concluir que o **Concorrente** indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvidos em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas ao competir pelo contrato em questão;

(c) declarará *misprocurement* (processo de aquisição viciado) e cancelará a parcela do empréstimo relativa ao contrato se, a qualquer momento, comprovar a prática corrupta, fraudulenta, colusiva ou coercitiva por parte dos representantes do Mutuário ou dos recebedores dos recursos do empréstimo no decorrer da licitação ou da execução do contrato, sem que o Mutuário tenha tomado as medidas necessárias, apropriadas e satisfatórias ao Banco, para remediar a situação, inclusive se falhar em informar tempestivamente ao Banco no momento que tenha tomado conhecimento de tais práticas;

(d) aplicará sanção sobre uma empresa ou pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos aplicáveis de sanções do Banco⁶, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (I) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (II) para ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado⁷ de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

(e) Exigirá a inclusão, em editais e contratos financiados por um Empréstimo do Banco, de cláusula no sentido de que os **Concorrentes**, Fornecedores, Empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços permitam ao Banco inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução do contrato, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo Banco.

(f) o **Contratante**, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado pelo Banco, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

(g) Considerando os propósitos das cláusulas e sub-cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

(h) Além disso, os **Concorrentes** deverão estar cientes das condições estabelecidas nas Condições Gerais do Contrato (CGC).

(i) Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Laranjeiras do Sul-PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as CLÁUSULAS inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do contratante Município de Porto Barreiro - Paraná.

Porto Barreiro-PR, xxx de xxx de 2026.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS: